



220

PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DESEMBARGADOR JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA  
1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM AGRAVO LEGAL EM APELAÇÃO CÍVEL Nº  
0000731-95.2006.8.17.0370 (0187892-2)

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM AGRAVO LEGAL EM APELAÇÃO CÍVEL Nº  
0001180-53.2006.8.17.0370 (0188037-5)

EMBARGANTE : SUAPE - COMPLEXO INDUSTRIAL PORTUÁRIO  
ADVOGADO : BRUNO COELHO DA SILVEIRA  
EMBARGADO : JONES OLIVEIRA DE ALBUQUERQUE E OUTRO  
ADVOGADO : JOSÉ ROLDINO DE ALENCAR  
RELATOR : Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA

EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - INEXISTÊNCIA DE QUALQUER VÍCIO DE PROCEDIMENTO A CONTAMINAR A COMPREENSÃO DO JULGADO - DESNECESSIDADE DE O ÓRGÃO JULGADOR, PARA EXPRESSAR O SEU ENTENDIMENTO, PRONUNCIAR-SE SOBRE TODAS AS QUESTÕES SUSCITADAS PELAS PARTES OU, QUIÇÁ, RESPONDER A QUESTIONÁRIOS - REDISCUSSÃO DA LIDE COM REVOLVIMENTO DA PROVA - IMPOSSIBILIDADE - IMPERATIVIDADE DE OBSERVÂNCIA DOS LINDES DO ART. 535 DO CPC MESMO PARA A HIPÓTESE DE MANUSEIO DO RECURSO DE INTEGRAÇÃO COM O SÓ FIM DE PROVOCAR O PRÉ-QUESTIONAMENTO EXPLÍCITO - REJEIÇÃO DOS ACLARATÓRIOS.

I - Trata-se de julgamento em conjunto de dois Embargos de Declaração manejados pelo Complexo Industrial Portuário - SUAPE contra o Acórdão emergente do julgamento do Agravo Legal em Apelação Cível nº 0187892-2 e do Agravo Legal em Apelação Cível nº 0188037-5.

II - O Acórdão embargado foi expresso em afirmar que, os requisitos do art. 932, do CPC restaram devidamente atendidos pelos ora Embargados, tornando-se imperiosa a manutenção da sentença proferida pelo Juízo primevo que deferiu a proteção possessória requestada nos autos da Ação de Interdito Proibitório (Processo nº 0000731-95.2006.8.17.0370).

III - Lado outro, ainda de acordo com o Acórdão embargado, inexiste, na espécie, qualquer prova da posse anterior do Suape sobre o imóvel em questão, destacando-se que a propriedade de tal bem foi transferida para a Cooperativa Agrícola do Tiriri Ltda., desde 25.05.1982, restando, portanto, mantida a sentença proferida pelo Togado Singular que extinguiu a Ação de Reintegração de Posse (Processo nº 0001180-53.2006.8.17.0370), sem incursão no mérito, ante o reconhecimento da ilegitimidade ativa do SUAPE.



221  
P

PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DESEMBARGADOR JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA  
1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

IV - A função dos embargos de declaração é, unicamente, afastar do julgado qualquer omissão necessária para a solução da lide, não permitir a obscuridade por acaso identificada e extinguir qualquer contradição entre premissa argumentada e a conclusão assumida, resumindo-se em complementar o julgado atacado, afastando-lhe vícios de compreensão.

V - Numa palavra: conforme se deduz da ensinância de PONTES DE MIRANDA, nos declaratórios não se pede que o órgão julgador "redecida", mas sim que este se "reexprima". Nessa linha de raciocínio, afigura-se oportuno lembrar a lição professada por MÁRIO GUIMARÃES: "não precisa o juiz reportar-se a todos os argumentos trazidos pelas partes. Claro que, se o juiz acolhe um argumento bastante para sua conclusão, não precisará dizer se os outros, que objetivam o mesmo fim, são procedentes ou não" (v. O JUIZ E A FUNÇÃO JURISDICIONAL, 1ª ed. Forense, 1958, parágrafo 208, p. 350), secundando-se que não se exige do Juiz "que rastreie e acompanhe pontualmente toda a argumentação dos pleiteantes, mormente se um motivo fundamental é poderoso a apagar todos os aspectos da controvérsia" (RT 413/325).

VI - Nessa contextura, os embargos de declaração destinam-se, precipuamente, a desfazer obscuridades, a afastar contradições e a suprir omissões que eventualmente se registrem no Acórdão proferido pelo Tribunal, revelando-se incabíveis quando, inexistentes os vícios que caracterizam os pressupostos legais de embargabilidade (CPC, art. 535), vem tal recurso com desvio de sua específica função jurídico-processual, a ser utilizado com a finalidade de instaurar, indevidamente, uma nova discussão sobre a controvérsia jurídica já apreciada pelo Tribunal.

Logo, não está o Tribunal obrigado a ater-se aos fundamentos indicados pela parte e tampouco a responder um a um todos os seus argumentos. Os requisitos da decisão judicial não estão subordinados a quesitos. A motivação da decisão, observada a *res in judicium deducta*, pode ter fundamento jurídico e legal diverso do suscitado.

VII - Nessa igual diretriz, assentou o colendo STJ que, "mesmo nos embargos declaratórios com fim de prequestionamento, devem-se observar os lindes traçados no art. 535, do CPC (obscuridade, dúvida, contradição, omissão e, por construção pretoriana integrativa, a hipótese de erro material)" (v. STJ-1ª Turma, REsp. 11.465-0-SP, rel. Min. Demócrito Reinaldo, j. 23.11.92, rejeitaram os embargos, v.u., DJU 15.2.93, p. 1.665, 2ª col., em.).

VIII - Rejeição dos embargos. Decisão unânime.

*[Assinatura]*

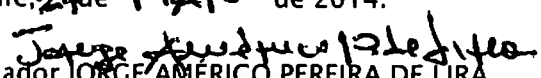


22/5

PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DESEMBARGADOR JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA  
1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO  
ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração em Agravo Legal em Apelação Cível n° 0187892-2 e Embargos de Declaração em Agravo Legal em Apelação Cível n° 0188037-5, ACORDAM os Desembargadores da 1ª Câmara de Direito Público, à unanimidade, conhecer e rejeitar os recursos de integração, na conformidade do relatório e voto do relator, que passam a integrar o presente julgado.

Recife, 27 de MAIO de 2014.

  
Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA  
Relator



23

PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DESEMBARGADOR JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA  
1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM AGRAVO LEGAL EM APELAÇÃO CÍVEL Nº  
0000731-95.2006.8.17.0370 (0187892-2)

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM AGRAVO LEGAL EM APELAÇÃO CÍVEL Nº  
0001180-53.2006.8.17.0370 (0188037-5)

EMBARGANTE : SUAPE - COMPLEXO INDUSTRIAL PORTUÁRIO  
ADVOGADO : BRUNO COELHO DA SILVEIRA  
EMBARGADO : JONES OLIVEIRA DE ALBUQUERQUE  
ADVOGADO : JOSÉ ROLDINO DE ALENCAR  
RELATOR : Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA

RELATÓRIO

1. Cuida-se de julgamento em conjunto de dois Embargos de Declaração manejados pelo Complexo Industrial Portuário - SUAPE contra o Acórdão emergente do julgamento do Agravo Legal em Apelação Cível nº 0187892-2 e do Agravo Legal em Apelação Cível nº 0188037-5. O v. Acórdão encontra-se assim ementado:

EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL - JULGAMENTO EM CONJUNTO DE AGRAVOS LEGAIS EM APELAÇÕES CÍVEIS - ART. 557, §2º, CPC - AÇÃO DE INTERDITO PROIBITÓRIO - IMÓVEL PERTENCENTE À PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PRIVADO NÃO INTEGRANTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA INDIRETA - NATUREZA PÚBLICA DO BEM AFASTADA - PRESENÇA DOS REQUISITOS INSERTOS NO ART. 932, DO CPC - DEFERIMENTO DA PROTEÇÃO POSSESSÓRIA - SENTENÇA MANTIDA - AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE - ILEGITIMIDADE ATIVA AD CAUSAM - SENTENÇA CONFIRMADA - NEGATIVA DE SEGUIMENTO ÀS APELAÇÕES PELO RELATOR - POSSIBILIDADE - ART. 557, DO CPC - AGRAVO NÃO PROVIDO - DECISÃO UNÂNIME.

I - Trata-se de julgamento em conjunto do Agravo Legal aviado em combate a decisão unipessoal que negou seguimento ao recurso de Apelação Cível nº 0187892-2, mantendo-se a sentença recorrida que julgou procedente o pedido de interdito proibitório (Processo nº 0000731-95.2006.8.17.0370) e do Agravo Legal manejado em face da decisão monocrática que negou seguimento ao recurso de Apelação Cível nº 0188037-5, mantendo-se a sentença proferida nos autos da Ação de Reintegração de Posse (Processo nº 0001180-53.2006.8.17.0370), que extinguiu o feito sem incursão no mérito, ante o reconhecimento da ilegitimidade da parte Autora, ora Agravante.



224

PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DESEMBARGADOR JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA  
1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

II - Consoante se infere das provas carreadas aos autos, mormente a Certidão expedida pelo Cartório de Registro de Imóveis da Comarca do Cabo de Santo Agostinho, a propriedade do imóvel objeto das Ações originárias foi transferida do SUAPE para Cooperativa Agrícola do Tiriri Ltda., em 25.05.1982.

III - Nesse ser assim, tratando-se de bem pertencente à Pessoa Jurídica de Direito Privado não integrante da Administração Pública Indireta (Cooperativa Agrícola do Tiriri Ltda.), não há como cogitar-se que tal bem ostente natureza jurídica de bem público.

IV - In casu, os Autores/Apelados fizeram prova de serem possuidores do imóvel em litígio e do justo receio em serem molestados em sua posse, restando, portanto, comprovados os requisitos insertos no art. 932, do Código de Processo Civil, tornando-se imperiosa a manutenção da sentença proferida pelo Juízo primevo que deferiu a proteção possessória requestada nos autos da Ação de Interdito Proibitório.

V - Inexiste, na espécie, qualquer prova da posse anterior do Suape sobre o imóvel em questão, destacando-se ainda que a propriedade de tal bem foi transferida para a Cooperativa Agrícola do Tiriri Ltda., desde 25.05.1982. Destarte, deve ser mantida a sentença proferida pelo Juízo primevo, nos autos da Ação de Reintegração de Posse, extinguindo o feito sem incursão no mérito, ante o reconhecimento da ilegitimidade ativa ad causam do Suape.

VI - A jurisprudência invocada no decisum guerreado se amolda a hipótese sub examine, o que viabiliza a prolação de decisão monocrática pelo Relator para negar seguimento ao recurso, não havendo que se falar em malferimento ao disposto no art. 557, do código de ritos.

VII - Ademias disso, é firme o posicionamento no âmbito da Corte de Uniformização da Jurisprudência em Matéria Infraconstitucional - STJ no sentido de que a interposição de Agravo para o órgão plural permite a apreciação de todas as questões deduzidas no reclamo, suprimindo, portanto, eventual violação ao artigo 557 do Código de Processo Civil. Precedentes: STJ - AgRg no REsp: 1418835 SP 2013/0382113-2, Relator: Ministro MARCO BUZZI, Data de Julgamento: 11/02/2014, T4 - QUARTA TURMA, Data de Publicação: DJe 19/02/2014 e STJ - AgRg no AREsp 409632 / MS, Relator, Ministra Nancy Andrighi, Órgão Julgador: Terceira Turma, Data do Julgamento: 17/12/2013, Data da Publicação/Fonte DJe 19/12/2013.

IX - Unanimemente, negou-se provimento ao Agravo Legal em Apelação Cível nº 0187892-2 e ao Agravo Legal em Apelação Cível nº 0188037-5.



201

PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DESEMBARGADOR JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA  
1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

2. Aduz o embargante, em ambos os recursos de integração, que a prestação jurisdicional se afigura incompleta, dada a circunstância de que o Acórdão embargado restou omissa e contraditório acerca de pontos relevantes da lide sobre os quais deveria pronunciar-se expressamente, daí advindo, portanto, no particular, o vício de compreensão que o acoima de nulidade.

Sublinha, para além disso, que os aclaratórios estão também sendo manuseados com o especial desiderato de provocar o pronunciamento expresse desta Câmara Julgadora sobre dispositivos constitucionais e infraconstitucionais, tudo em ordem a atender ao pressuposto objetivo do pré-questionamento explícito, possibilitando, desse modo, em sendo o caso, a devolução da discussão à instância extraordinária.

É o relatório, naquilo que se revela de essencial para o desate da controvérsia.

Recife, 27 de MAIO de 2014.

  
Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA  
Relator



226

PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DESEMBARGADOR JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA  
1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM AGRAVO LEGAL EM APELAÇÃO CÍVEL Nº  
0000731-95.2006.8.17.0370 (0187892-2)

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM AGRAVO LEGAL EM APELAÇÃO CÍVEL Nº  
0001180-53.2006.8.17.0370 (0188037-5)

EMBARGANTE : SUAPE - COMPLEXO INDUSTRIAL PORTUÁRIO  
ADVOGADO : BRUNO COELHO DA SILVEIRA  
EMBARGADO : JONES OLIVEIRA DE ALBUQUERQUE  
ADVOGADO : JOSÉ ROLDINO DE ALENCAR  
RELATOR : Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA

VOTO

EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - INEXISTÊNCIA DE QUALQUER VÍCIO DE PROCEDIMENTO A CONTAMINAR A COMPREENSÃO DO JULGADO - DESNECESSIDADE DE O ÓRGÃO JULGADOR, PARA EXPRESSAR O SEU ENTENDIMENTO, PRONUNCIAR-SE SOBRE TODAS AS QUESTÕES SUSCITADAS PELAS PARTES OU, QUIÇÁ, RESPONDER A QUESTIONÁRIOS - REDISCUSSÃO DA LIDE COM REVOLVIMENTO DA PROVA - IMPOSSIBILIDADE - IMPERATIVIDADE DE OBSERVÂNCIA DOS LINDES DO ART. 535 DO CPC MESMO PARA A HIPÓTESE DE MANUSEIO DO RECURSO DE INTEGRAÇÃO COM O SÓ FIM DE PROVOCAR O PRÉ-QUESTIONAMENTO EXPLÍCITO - REJEIÇÃO DOS ACLARATÓRIOS.

I - Trata-se de julgamento em conjunto de dois Embargos de Declaração manejados pelo Complexo Industrial Portuário - SUAPE contra o Acórdão emergente do julgamento do Agravo Legal em Apelação Cível nº 0187892-2 e do Agravo Legal em Apelação Cível nº 0188037-5.

II - O Acórdão embargado foi expresso em afirmar que, os requisitos do art. 932, do CPC restaram devidamente atendidos pelos ora Embargados, tornando-se imperiosa a manutenção da sentença proferida pelo Juízo primevo que deferiu a proteção possessória requestada nos autos da Ação de Interdito Proibitório (Processo nº 0000731-95.2006.8.17.0370).

III - Lado outro, ainda de acordo com o Acórdão embargado, inexistente, na espécie, qualquer prova da posse anterior do Suape sobre o imóvel em questão, destacando-se que a propriedade de tal bem foi transferida para a Cooperativa Agrícola do Tiriri Ltda., desde 25.05.1982, restando, portanto, mantida a sentença proferida pelo Togado Singular que extinguiu a Ação de Reintegração de Posse



27/11

PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DESEMBARGADOR JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA  
1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

(Processo nº 0001180-53.2006.8.17.0370), sem incursão no mérito, ante o reconhecimento da ilegitimidade ativa do SUAPE.

IV - A função dos embargos de declaração é, unicamente, afastar do julgado qualquer omissão necessária para a solução da lide, não permitir a obscuridade por acaso identificada e extinguir qualquer contradição entre premissa argumentada e a conclusão assumida, resumindo-se em complementar o julgado atacado, afastando-lhe vícios de compreensão.

V - Numa palavra: conforme se deduz da ensinância de PONTES DE MIRANDA, nos declaratórios não se pede que o órgão julgador "redecida", mas sim que este se "reexprima". Nessa linha de raciocínio, afigura-se oportuno lembrar a lição professada por MÁRIO GUIMARÃES: "não precisa o juiz reportar-se a todos os argumentos trazidos pelas partes. Claro que, se o juiz acolhe um argumento bastante para sua conclusão, não precisará dizer se os outros, que objetivam o mesmo fim, são procedentes ou não" (v. O JUIZ E A FUNÇÃO JURISDICIONAL, 1ª ed. Forense, 1958, parágrafo 208, p. 350), secundando-se que não se exige do juiz "que rastreie e acompanhe pontualmente toda a argumentação dos pleiteantes, mormente se um motivo fundamental é poderoso a apagar todos os aspectos da controvérsia" (RT 413/325).

VI - Nessa contextura, os embargos de declaração destinam-se, precipuamente, a desfazer obscuridades, a afastar contradições e a suprir omissões que eventualmente se registrem no Acórdão proferido pelo Tribunal, revelando-se incabíveis quando, inexistentes os vícios que caracterizam os pressupostos legais de embargabilidade (CPC, art. 535), vem tal recurso com desvio de sua específica função jurídico-processual, a ser utilizado com a finalidade de instaurar, indevidamente, uma nova discussão sobre a controvérsia jurídica já apreciada pelo Tribunal.

Logo, não está o Tribunal obrigado a ater-se aos fundamentos indicados pela parte e tampouco a responder um a um todos os seus argumentos. Os requisitos da decisão judicial não estão subordinados a quesitos. A motivação da decisão, observada a *res in judicium deducta*, pode ter fundamento jurídico e legal diverso do suscitado.

VII - Nessa igual diretriz, assentou o colendo STJ que, "mesmo nos embargos declaratórios com fim de prequestionamento, devem-se observar os lindes traçados no art. 535, do CPC (obscuridade, dúvida, contradição, omissão e, por construção pretoriana integrativa, a hipótese de erro material)" (v. STJ-1ª Turma, REsp. 11.465-0-SP, rel. Min. Demócrito Reinaldo, j. 23.11.92, rejeitaram os embargos, v.u., DJU 15.2.93, p. 1.665, 2ª col., em.).

✓





238  
al

PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DESEMBARGADOR JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA  
1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

VIII - Rejeição dos embargos. Decisão unânime.

Vistos e examinados etc.

1. Alegando a existência de omissão e contradição no Acórdão, adveniente do julgamento do Agravo Legal em Apelação Cível nº 0187892-2 e do Agravo Legal em Apelação Cível nº 0188037-5, o SUAPE opôs os presentes embargos, objetivando a declaração do julgado, inclusive para efeito de sua modificação (fins infringenciais ou modificativos).

2. Sem nenhuma razão, contudo.

Não há cogitar-se da presença de qualquer *vício de procedimento* no Acórdão embargado, a justificar o pedido de declaração, desde que os pontos relevantes da lide foram apreciados pelo *decisum* recorrido.

O órgão judicial, para expressar a sua convicção, não precisa aduzir comentários sobre todos os argumentos levantados pelas partes. Sua fundamentação pode ser sucinta, pronunciando-se acerca do motivo que, por si só, achou suficiente para a composição do litígio (v. STJ-1ª Turma, AI 169.073-SP-AgRg, rel. Min. José Delgado, j. 4.6.98, negaram provimento, v.u., DJU 17.8.98, p. 44).

Nesse mesmo sentido, com adequação ao caso:

“O juiz não está obrigado a responder todas as alegações das partes quando já tenha encontrado motivo suficiente para fundar a decisão, nem se obriga a ater-se aos fundamentos indicados por elas e tampouco a responder um a um todos os seus argumentos” (v. RJTJESP 115/207).

3. A função dos embargos de declaração é, unicamente, afastar do julgado qualquer omissão necessária para a solução da lide, não permitir a obscuridade por acaso identificada e extinguir qualquer contradição entre premissa argumentada e a conclusão assumida, resumindo-se em complementar o julgado atacado, afastando-lhe vícios de compreensão.



229  
d

PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DESEMBARGADOR JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA  
1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Por essa via, não se tenta modificação, anulação ou referenda do julgado embargado, senão mero esclarecimento ou suprimento de lacuna, de forma a espancar quaisquer equívocos na interpretação ou execução do ato decisional. Numa palavra: conforme se deduz da ensinância de PONTES DE MIRANDA, nos declaratórios não se pede que o órgão julgador "redecida", mas sim que este se "reexprima".

Nessa linha de raciocínio, afigura-se oportuno lembrar a lição professada por MÁRIO GUIMARÃES: "não precisa o juiz reportar-se a todos os argumentos trazidos pelas partes. Claro que, se o juiz acolhe um argumento bastante para sua conclusão, não precisará dizer se os outros, que objetivam o mesmo fim, são procedentes ou não" (v. O JUIZ E A FUNÇÃO JURISDICIONAL, 1ª ed. Forense, 1958, parágrafo 208, p. 350), secundando-se que não se exige do Juiz "que rastreie e acompanhe pontualmente toda a argumentação dos pleiteantes, mormente se um motivo fundamental é poderoso a apagar todos os aspectos da controvérsia" (RT 413/325).

O C. Supremo Tribunal Federal, em sucessivos e recentes julgamentos, vem decidindo que "os embargos de declaração destinam-se, precipuamente, a desfazer obscuridades, a afastar contradições e a suprir omissões que eventualmente se registrem no Acórdão proferido pelo Tribunal", revelando-se incabíveis "quando, inexistentes os vícios que caracterizam os pressupostos legais de embargabilidade (CPC, art. 535), vem tal recurso com desvio de sua específica função jurídico-processual, a ser utilizado com a finalidade de instaurar, indevidamente, uma nova discussão sobre a controvérsia jurídica já apreciada pelo Tribunal" (RTJ 173/29, junho/2000).

Nessas condições, o E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, até com maior minudência, já decidiu no sentido de que não está o Tribunal obrigado a "ater-se aos fundamentos indicados pela parte e tampouco a responder um a um todos os seus argumentos. Os requisitos da decisão judicial não estão subordinados a quesitos. A motivação da decisão, observada a *res in judicium deducta*, pode ter fundamento jurídico e legal diverso do suscitado" (cf. RJTJSP 111/114)".

4. Mais: os casos previstos para manifestação dos aclaratórios são específicos, de modo que somente são admissíveis quando houver, ainda que para efeito de prequestionamento, obscuridade, contradição ou omissão em questão



230

PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DESEMBARGADOR JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA  
1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

(pontos controvertidos) sobre a qual deveria o órgão julgador pronunciar-se necessariamente.

Nessa igual diretriz, assentou o colendo STJ que, "mesmo nos embargos declaratórios com fim de prequestionamento, devem-se observar os lindes traçados no art. 535, do CPC (obscuridade, dúvida, contradição, omissão e, por construção pretoriana integrativa, a hipótese de erro material)" (v. STJ-1ª Turma, REsp. 11.465-0-SP, rel. Min. Demócrito Reinaldo, j. 23.11.92, rejeitaram os embargos, v.u., DJU 15.2.93, p. 1.665, 2ª col., em.).

5. Na espécie, a pretexto da existência de vícios de procedimento, os embargos estão sendo manuseados com o nítido propósito de discutir novamente a lide, inclusive com o revolvimento da prova - o que não é juridicamente possível.

6. Por esses fundamentos, ante o exposto, incorrente qualquer vício de compreensão e sabido que os aclaratórios não constituem meio hábil ao reexame da causa, rejeito os embargos, mormente em se sabendo que a questão do desacerto ou injustiça da decisão - só para argumentar - não desafia pedido de sua declaração (recurso de integração), e sim recurso de reforma ou modificação.

É como voto.

Recife, 27 de Maio de 2014.

  
Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA  
Relator